



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A CONJUNTURA ATUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: REBATIMENTOS NAS HUMANIDADES E NO SERVIÇO SOCIAL

Ana Lucia Suárez Maciel¹

Resumo: O artigo problematiza a conjuntura da educação brasileira e a particularidade do nível de pós-graduação *stricto sensu*, a partir das diretrizes governamentais e profissionais, expressas em documentos que permitem refletir acerca das tendências e desafios que se colocam para as Humanidades e, logo, o Serviço Social.

Palavras-Chave: Pós-Graduação; Formação; Serviço Social

Abstract: The article problematizes the conjuncture of Brazilian education and the peculiarity of the *stricto sensu* postgraduate level, based on governmental and professional guidelines, expressed in documents that allow us to reflect on the trends and challenges facing the Humanities, and thus the Social service.

Keywords: Postgraduate studies; Formation; Social Work.

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 vem sendo marcado, no Brasil, por uma conjuntura complexa e adversa oriunda da persistente crise capitalista, no âmbito internacional e nacional, associada ao início de um novo governo na esfera federal e, com ele, a disputa por um projeto societário.

Se a crise é estrutural, a explicação para ela está na própria lógica do sistema sociometabólico do capital [...], as saídas, contudo, podem fortalecer ou impor contradições a essa lógica, a depender dos interesses de classe dominantes e das correlações de forças políticas em determinadas conjunturas' (CAVAIGNAC, 2018, p. 9).

Acerca do novo governo, no que diz respeito à política de educação superior (dentre outras), verifica-se a crescente agudização e tensão institucional e, logo, social de uma série de elementos que apontam para alterações na dinâmica da regulação e da operacionalização dos projetos de educação em todas as áreas do conhecimento e níveis (da educação infantil à superior). Nessa direção, constatam-se posições e medidas que já foram tomadas nos primeiros cinco meses do governo, a saber: 1) redução do financiamento da educação (expresso pelos cortes na política que chegaram a 5,8 bilhões de reais, além

¹ Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
E-mail: alsmaciel@gmail.com.

do contingenciamento dos recursos do orçamento das universidades públicas, o que significou 25,38%² desse montante, seguido da diminuição do financiamento estudantil em 20,9% do mesmo montante); 2) retração dos recursos das agências de fomento (a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – teve cortes na ordem de 13,8%); 3) recolhimento de bolsas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* seguido da devolução de parte delas, a partir de um critério exclusivamente meritocrático, ou seja, para os Programas com notas mais elevadas; 4) desmonte institucional de órgãos e políticas educacionais (com destaque para os que se propunham a enfrentar as desigualdades e assimetrias educativas); 5) promoção e valorização de programas e iniciativas com conteúdo ideológico conservador (a exemplo das propostas do movimento pela Escola sem Partido, a educação domiciliar, a militarização das escolas, entre outras); 6) e desconsideração pelos órgãos que se destinam a diagnosticar e monitorar os indicadores educacionais do país, o que pode comprometer o planejamento futuro da política e dos programas educacionais.

Do lugar que ocupamos, na condição de docente e pesquisadora do Serviço Social em uma universidade privada, já identificamos os rebatimentos dessa conjuntura no curso e na área ao qual o mesmo se vincula – as Humanidades. Por conta disso e, também, por tomarmos a pós-graduação como objeto de pesquisa, objetivamos com este artigo compartilhar parte das informações coletadas, neste período mais recente, para promover algumas reflexões que viemos fazendo acerca dessa conjuntura, de modo a evidenciar as tendências e os desafios que se colocam para essa área de conhecimento. Para tanto, recorreremos a um conjunto de documentos e informações que vêm sendo mapeadas em fontes oficiais e da imprensa escrita do país, de modo a sistematizá-las e analisá-las para fins de elaboração deste artigo.

Tendo em vista esta breve contextualização, entende-se que o debate sobre essa pauta se renova e requer a sua apreensão de modo a projetar as tendências e os desafios futuros. Nessa direção, elege-se a pós-graduação *stricto sensu* e, nela, as Humanidades e o Serviço Social como campos de análise, a fim de promover essa reflexão em tempos que se constituem adversos para o pensamento promovido pelas mesmas.

O artigo está estruturado nesta introdução, seguido de três seções para o desenvolvimento do mesmo, nas quais são indicadas: as principais diretrizes contidas na educação e pós-graduação do atual governo; a inserção do Serviço Social na pós-graduação, os documentos e a direção da pós-graduação; a conclusão e as referências que o sustentam.

² Dados extraídos do Jornal de São Paulo (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/educacao-teve-o-maior-corte-de-recursos.70002773220>). Acesso em 10 de Junho de 2019.

A EDUCAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO NO ATUAL GOVERNO: PRINCIPAIS DIRETRIZES

A educação brasileira no acender das luzes do ano de 2019 passou a ser foco de debates, reflexões e disputas acaloradas da sociedade na sua totalidade. Não que ela deixasse de sê-lo em outros períodos, mas a incidência do atual governo, na disputa por um novo projeto de educação, tornou-se o estopim para que uma série de questões fosse recolocada no cenário.

Em recente audiência (maio do ano corrente) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, o atual Ministro da Educação Abraham Weintraub apresentou as principais diretrizes do atual governo para a educação, quais sejam:

Foco na educação básica; MEC como indutor da política de educação nacional; Gestão técnica orientada à entrega de resultados; Construção de um sistema de educação nacional orientado pelo mérito e para o mérito; Mais Brasil, menos Brasília; Fixação de incentivos para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais de gestão da educação; Disciplina, ordem e respeito em todos os espaços da educação, públicos e privados; Autonomia universitária ≠ soberania; Respeito à liberdade e à diversidade do pensamento; Investimento em capital humano para aumentar a competitividade da economia brasileira³.

Uma breve análise das diretrizes já indica um enfraquecimento da educação superior no rol de prioridades desse governo, com destaque para a renovação da lógica de gestão baseada em produtividade, eficiência, meritocracia e premiação. Ao buscarmos o diagnóstico e, logo, prognóstico para a pós-graduação, localizamos na mesma fonte (acima indicada), na meta 14, o posicionamento do governo acerca da mesma. O qual se expressa em quatro elementos:

- 1) fomento à pós-graduação com recursos públicos alocados de forma mais eficiente para a sociedade;
- 2) valorização das áreas, a partir do critério de produção científica (o documento afirma que quase 90% da produção científica nacional provêm das áreas de saúde/biológicas, exatas, engenharias, agrárias e multidisciplinar) e, conseqüentemente, desvalorização das humanidades que, segundo o mesmo documento, representam 13% da produção científica no Brasil (os dados informados tomam por base o cadastro no Web of Science⁴);

³ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=75711&fbclid=IwAR3juRgwMKSsmHjDmZL-OBfjin66IQJdGyYI4OEu9EtL27-9uEyJNAIwVvMM>.

⁴ O Web of Science é um serviço de indexação de citações científicas, com base em assinaturas on-line, originalmente produzido pelo Institute for Scientific Information e, posteriormente, mantido pela Clarivate Analytics, que fornece uma pesquisa abrangente de citações.

- 3) afirmação de que a “baixa” expressão científica das ciências humanas indicada acima torna injustificável que a área⁵ seja a que mais consuma bolsas da Capes (13,4%);
- 4) constatação de que áreas como Medicina e Odontologia no Brasil possuem um impacto científico semelhante aos Estados Unidos, enquanto áreas como Filosofia e Direito estariam bem distantes.

A partir dessas diretrizes e concepções, as Humanidades passam a viver um processo de desvalorização governamental que se ancora numa suposta improdutividade e baixa relevância dos seus estudos. Na esteira desse processo, relembra-se a intenção do Ministério da Educação em reduzir os investimentos nos cursos de Filosofia e Sociologia, expresso em abril do ano corrente, o que foi considerado ilegal e inconstitucional em razão da autonomia universitária que apregoa a lei de diretrizes e bases da educação vigente no país.

No entanto, sublinha-se que esse processo de desmonte institucional e desvalorização da educação superior, com ênfase nas áreas das Humanidades, foi acompanhado de um processo social que parece indicar o reaparecimento da luta de classes no país, como se verificou nas intensas manifestações ocorridas no país desde o anúncio das diretrizes indicadas pelo governo e que culminaram, nos meses de maio e junho, com greves que aproximaram os sujeitos coletivos dessa luta.

No seu conjunto, essas diretrizes podem comprometer o futuro de algumas áreas, como é o caso do Serviço Social, o que nos impõe como categoria profissional, a necessidade de aprendê-las para construir estratégias para o seu enfrentamento.

O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

O que se espera deste nível de formação pós-graduada? O que se espera de nossas universidades e dos compromissos sociais que as novas gerações de pesquisadores e cientistas buscam em nossa labuta acadêmico-científica? (WANDERLEY, 2017, p. 139).

Iniciamos este item do artigo em sintonia com os questionamentos de Wanderley (2017) e com o tempo histórico em que vivemos. Neste 2019, o Serviço Social está completando 83 anos no Brasil desde a criação do primeiro curso de graduação na década de 1930, e 47 anos da criação do primeiro curso de pós-graduação. Ao mesmo tempo em que amadurece numa realidade de novo século, cuja conjuntura e processos sociais sofreram importantes alterações desde o surgimento da profissão até a atualidade, vem

⁵ As ciências sociais aplicadas, das quais faz parte o Serviço Social, consomem 8% da totalidade de bolsas distribuídas pelo mesmo órgão, segundo a mesma fonte, com base no GeoCapes (2018).

requerendo dos seus profissionais e pesquisadores a apreensão da mesma, assim como a capacidade de prospectar o futuro profissional.

A pós-graduação em Serviço Social deu seus primeiros passos através da implantação de dois cursos de mestrado na década de 1970, sendo um na PUCSP (1972) e o outro na PUCRJ. O primeiro curso de doutorado foi instituído oito anos depois, em 1980, na PUCSP. Logo, o movimento da profissão acompanhou a própria dinâmica da pós-graduação no Brasil, pois:

A formalização da Pós-Graduação brasileira tem pouco mais de 50 anos. Deu-se pelo Parecer MEC/ CFE n. 977/1965 (conhecido como Parecer Sucupira), podendo ser considerada jovem se comparada a outros países da América do Norte e da Europa que, aliás, inspiraram o modelo brasileiro de ensino superior. A educação pós-graduada brasileira tem sido considerada, internacionalmente, como um caso de sucesso, com grande destaque para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobretudo no que tange à avaliação, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no apoio à pesquisa, como sujeitos fundamentais desse sucesso (WANDERLEY, 2017, p. 139).

Até a década de 1950 não havia programas de pós-graduação no Brasil e, de acordo com as informações contidas no Livro Azul da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - CNCTI (2010), o país possuía cerca de 150 doutores. Em 1951, foram criadas a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq com o objetivo central de conceder bolsas de estudo para a formação pós-graduada no país.

Em 1960, o BNDES começou a financiar a criação dos primeiros Programas de Pós-Graduação - PPGS e, em 1968, a reforma universitária institucionalizou os PPGS, inaugurando o tempo integral para a docência nas instituições de ensino superior. Em 1971, foi criado o Fundo da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP para o desenvolvimento científico e tecnológico e, em 1985, emergiu a estrutura institucional junto ao órgão do governo federal para concentrar essas ações – o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O primeiro curso em Política Social, na área do Serviço Social, foi o da UNB (1990) e em Políticas Públicas foi o da UFMA (1993). O curso de Economia Doméstica, da Universidade de Viçosa, iniciou suas atividades em 1992, sendo essa área incorporada à área do Serviço Social até a atualidade.

Nos anos seguintes foram expandidos os PPGS notadamente nas universidades federais. O impulso à formação pós-graduada em Serviço Social no Brasil se fortaleceu especialmente em função de dois fatos: a aprovação da revisão curricular, encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) em 1979 com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional da categoria em termos teóricos; e a integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social no sistema federal de ensino superior nas décadas de 1960/1970, conferindo maior preocupação com a

produção do conhecimento de forma mais sistemática e, conseqüentemente, com a formação pós-graduada.

‘Podemos afirmar que o Serviço Social alcança sua maioria acadêmica, inscrevendo-se como área de conhecimento em meados dos anos de 1970, quando então emerge e se estrutura a Pós-Graduação no Brasil. Antes disso, há uma longa trajetória histórica profissional orientada por um projeto de formação acadêmica tradicional e de produção de conhecimentos que priorizava a dimensão técnica-operativa, com base no positivismo e no funcionalismo, herdeiros do legado do Serviço Social estadunidense, conforme está expresso nas publicações que marcaram os anos de 1940 até 1960. Este projeto de formação de base tradicional só será questionado nos idos de 1965 a 1975 com o protagonismo do Movimento de Reconceituação latinoamericano; este inaugurou, com suas referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, expressando a primeira articulação em torno de um projeto de formação profissional crítico. Deste movimento resultou a formação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), que congregou, na América Latina, um número significativo de publicações na área, com investigações sobre os fundamentos histórico metodológicos do Serviço Social. Destaque-se, nesse período, o legado acadêmico e político da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS, atualmente, Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social – ALAEITS, que contribuiu para a articulação de um projeto profissional crítico no Serviço Social latino-americano” (ABEPSS, 2016, p. 2).

Nos anos 1970 a 1980, as principais agências de financiamento de pesquisa (CAPES e CNPq) incluíram o Serviço Social como área de conhecimento. Da década de 1990 para cá, testemunhamos alguns avanços na política, com destaque para a criação dos fundos setoriais de Ciência e Tecnologia (CT); o surgimento de novos formatos de financiamento; a formulação de planos nacionais de CT e a criação de Institutos Nacionais de CT (123 atualmente, multicêntricos, com o objetivo de desenvolver a pesquisa e criar patentes para o país).

No fim da primeira década deste século, a ABEPSS impulsionou um importante movimento organizativo da categoria, fomentando e, posteriormente, criando os Grupos Temáticos de Pesquisa na área que passaram, inclusive, a organizar a chamada de trabalhos por eixos vinculados a esses Grupos nos principais eventos da categoria profissional, revelando mais um avanço da formação profissional em nível de pós-graduação. Evidentemente que esse movimento acompanhou o próprio movimento histórico da profissão, pois:

Desde os anos de 1980, evidencia-se na expressiva produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea, resultante da consolidação dos programas de pós graduação, em que amadurecem as pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado, bem como a estruturação dos grupos, núcleos e redes de pesquisa nas unidades de formação acadêmica/UFA. Da estruturação desses grupos surge, a partir dos debates nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, os Grupos Temáticos de Pesquisa/GTPs7, criados em 2010 pela ABEPSS, os quais buscam articular e impulsionar as experiências de pesquisa e a produção acadêmica. Isso demonstra o esforço de um conjunto representativo de docentes, discentes e pesquisadores na universidade brasileira para consolidar o Serviço Social como área de conhecimento (ABEPSS, 2016, p. 2).

Como decorrência desses processos, no contexto da pós-graduação brasileira, o país possuía, no início desta década, 85 mil doutores, sendo a maioria egressa de instituições federais. Quanto ao número de PPGS, contabilizaram-se 1.416 (sendo 320 com notas entre 7 e 6) e, por fim, quanto ao investimento público destinado para a política: 1,25% do PIB, sendo que nos países desenvolvidos a média é de 2% (LIVRO AZUL, 2010).

DOCUMENTOS E DIREÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Um importante documento que alicerça as políticas de pós-graduação é o Plano Nacional de CTI (mais conhecido como o “Livro Azul”) datado de 2010. Nele estão contidos os principais eixos estratégicos das políticas de ciência, tecnologia e inovação, quais sejam:

- Organização de uma agenda nacional de pesquisa, centrada nos grandes desafios e oportunidades para o desenvolvimento do país (expectativa do país em se tornar a quinta economia mundial);
- Foco nas mesorregiões;
- Adoção de um modelo de universidade alicerçado no modelo da “hélice tríplice”;
- Primazia no fomento e estímulo a formação nas áreas das engenharias (11%) e ciências da saúde e biológicas (27%), tendo em vista que o maior contingente formado está nas ciências humanas e sociais (31%);
- Indução ao ciclo completo de formação em nível de PG (doutorados) e a sua internacionalização (no Brasil, somente 2% dos estudantes são estrangeiros; nos EUA e Europa a média é de 20%);
- Efetivação do financiamento da PG (via ministérios, FAPs, PPP etc.).

Outro documento fundante é o Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020), mais especificamente, o Documento Setorial – Volume 2. No que se refere aos cursos *stricto sensu*, as diretrizes gerais e metas atuais para os PPGS no Brasil, previstas no PNPG, em dez anos, giram em torno de eixos programáticos, conforme citado, e dentre esses se destacam:

Interdisciplinaridade, internacionalização (incentivo aos Intercâmbios entre universidades brasileiras e os EUA, América Latina e Central e outros continentes), pós-graduação lato sensu à distância, mestrados profissionais, interdisciplinares com financiamento público, etc. (PNPPG, 2011).

Todas estas regulações e políticas são essenciais para que possamos compreender a direção da pós-graduação e da ciência no Brasil; logo, estas rebatem diretamente no Serviço Social que, na última década, testemunhou uma expansão também no nível de ensino, conforme descreveremos a seguir.

Atualmente, a área de Serviço Social representa 0,8% dos Programas de Pós-Graduação existentes no Brasil, sendo que havia 34 Programas de Pós-Graduação em funcionamento no ano de 2016: 32 com área de concentração em Serviço Social e 2 em Economia Doméstica (CAPES, 2016). A respeito da distribuição regional, os Programas se localizam da seguinte forma: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 5 na região Sul (15,2%), 3 na região Centro-Oeste (9%) e 2 na região Norte (6 %).

É importante destacar que a formação pós-graduada em Serviço Social é feita sob a liderança das universidades públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (15,2%), com pouca expressividade de instituições privadas (6%) em uma tendência inversa à detectada na graduação da área, na qual mais de 80% dos cursos são oferecidos pelas instituições privadas. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 8 Universidades Estaduais (24,2%).

Em 2016 havia 18 cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos cursos acadêmicos. Com relação à área básica desses: a maioria dos Programas possui área básica em Serviço Social, totalizando 22 (68,7%). Desses, 4 articulam Serviço Social e outros temas, o que indica a ênfase de suas pesquisas: Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Serviço Social e Direitos Sociais, Serviço Social e Política Social, Serviço Social, Trabalho e Questão Social; entre os outros 10 (31,3%) Programas listados, 7 são em Política Social (e desses, 1 é em Política Social e Cidadania) e 3 são em Políticas Públicas (sendo um deles em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local). Logo:

Estas áreas básicas, bem como as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas, se conectam com temas e conteúdos historicamente abordados pelo Serviço Social brasileiro – Política Social, Estado, Direitos Sociais, Trabalho, Questão Social, Desenvolvimento. Isso pode indicar que estes Programas possuem preocupação em assentar conteúdos relacionados com a graduação, o que incide de forma positiva na formação acadêmica de docentes e/ou futuros docentes dos cursos de graduação em Serviço Social. Contudo, esta preocupação deve ser seguida pela afirmação de que tais conteúdos são imprescindíveis ao Serviço Social. Aos programas, cuja área básica é o Serviço Social, é imprescindível a relação direta e orgânica com os dilemas, possibilidades e limites postos a profissão e a sua agenda política. A ABEPSS defende a necessidade desta articulação, e o não distanciamento destes Programas dos conteúdos de fundamentação histórica, ética e política particulares da profissão, o que reforça a necessidade de construir estratégias de articulação que se pautem pelo compromisso de fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional (ABEPSS, 2016, p. 4).

Sobre a demanda de alunos para os Programas de Pós-Graduação, foram informados 1.689 matriculados no fim de 2015 (o que revelou um crescimento no número de matriculados, entre a trienal 2013 e 2015, de 120%). Nos últimos 17 anos, a expansão dos Programas de Pós-Graduação da área foi de 161,5%. Esse crescimento foi acompanhado, igualmente, do aumento do corpo docente. O crescimento desse último foi respectivamente: 43% (2004), 62,7% (2007), 30,1% (2010), 14,5% (2013) e 12,7% (2016), conforme dados informados pela CAPES e ABEPSS em 2016. Nessas fontes, o dado mais recente obtido informa que, em 2014, havia 545 docentes vinculados aos Programas, sendo que, desses, 387 eram permanentes.

Em 27 de maio de 2019, a Comissão Assessora da Área do Serviço Social na CAPES divulgou o novo documento da mesma (https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/SERVI%C3%87O_SOCIAL.pdf). Nele se encontram três conjuntos de relevantes informações, a saber: estado da arte da área, considerações sobre o futuro da área e outras considerações.

Acerca do primeiro conjunto, as assessoras destacam dois elementos:

- a) histórico da área e o lugar privilegiado dos Programas na produção do conhecimento em Serviço Social que se expressa do seguinte modo:

O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais (CAPES, 2019, p. 5)

- b) desempenho final dos Programas da área, com a indicação das suas notas: 3 aprovados para funcionamento, 12 com nota 3; 11 com nota 4; 4 com nota 5; 5 com nota 6 e 1 com nota 7.

Sobre esse primeiro conjunto, temos a considerar que, na atual conjuntura, os temas que o Serviço Social investiga se constituem em “periféricos” diante das prioridades governamentais, o que impõe ao coletivo de pesquisadores o fortalecimento das suas produções com os demais sujeitos, a fim de garantir a continuidade e a relevância dos mesmos diante do adverso quadro social que vivemos.

Além disso, demarcamos a preocupação com as notas de um significativo número de Programas (referimo-nos aos que receberam nota 3 e/ou 4) que poderão ser alvo da redução de recursos públicos, fruto do reordenamento orçamentário dos órgãos oficiais, bem como da distribuição de bolsas com base no mesmo critério.

Com relação às considerações sobre o futuro da área, as assessoras sinalizam 11 tópicos que abordam temas, como: a inovação, o planejamento, o impacto, a internacionalização, as fusões/migrações/fragmentação, a redução de assimetrias regionais e intrarregionais, a modalidade à distância, a modalidade profissional, a indução e a interação com a educação básica e a sociedade em geral, as formas associativas e os mecanismos de solidariedade.

Desse conjunto, entendemos que a área enfrenta os temas que as demais áreas das Humanidades vêm sendo desafiadas na mesma proporção, de modo a destacar, entre eles: a concepção de inovação vinculada ao setor estatal; a solidariedade continental e entre os próprios Programas; a indicação de indicadores mínimos de qualidade para os eventuais Programas a serem ofertados na modalidade à distância e a posição de que não prioriza os Programas de natureza profissional.

Por fim, sobre as outras considerações, as assessoras expressam:

A Pós-Graduação da área de Serviço Social é convergente com o processo histórico da profissão e sua configuração como área de conhecimento. Atua na defesa e no fortalecimento da esfera pública, com ênfase no sentido público e socialmente relevante da produção de conhecimento e sua necessidade de financiamento público estatal. Nas produções bibliográficas e técnicas da área, destaca-se a potencialidade para apreensão das problemáticas que expressam as desigualdades socioeconômicas no país e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, bem como a formação de recursos humanos capazes de intervir qualificadamente nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional (CAPES, 2019, p. 22).

Nessas considerações, é fortalecida a importância da área no âmbito da pós-graduação e, principalmente, na sociedade, pois ela vem se constituindo de modo contra-hegemônico no campo científico vigente, tendo em vista a ênfase no caráter público da sua produção, logo, na direção oposta da tendência em “patentear/privatizar” o conhecimento, bem como no persistente esforço em tornar visíveis as contradições impostas pela sociedade em que vivemos, além do investimento na formação de quadros técnicos qualificados e comprometidos com a “causa pública”.

CONCLUSÃO

O ano de 2019 vem se apresentando como um dos mais desafiadores para a política de educação superior no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, tendo em

vista o conjunto de medidas governamentais e os debates promovidos pela sociedade que, no seu conjunto, revelam a disputa pela direção e projeto da mesma.

Alinhado com essa realidade, a gestão do Ministério da Educação e os órgãos a ele atrelados passaram a implementar medidas que expressam o projeto defendido pelo atual governo. Algumas delas já foram anunciadas e impactaram fortemente o funcionamento das IES, com destaque para os cortes orçamentários, a redução e/ou recolhimento de bolsas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como a redução dos financiamentos estudantis, além de um claro posicionamento em priorizar o investimento estatal na educação básica em detrimento dos demais níveis.

Ainda não se efetivaram integralmente as medidas que se vinculam às recentes diretrizes apresentadas pelo gestor/órgão no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, como se evidenciou no artigo, mas se prospecta a tendência em penalização das áreas consideradas como “improdutivas, com baixa relevância, inovação e impacto para a sociedade”, mediante a redução de orçamento, da concessão de bolsas e de outras formas de financiamento; mas, especialmente, vislumbra-se um processo de deslegitimação da área de Humanidades e, logo, do Serviço Social.

No âmbito desse último, o recente documento da área enfrenta alguns dilemas, mas tratamos de indicar, neste artigo, outros que se vislumbram no horizonte e que demandarão da profissão: renovada capacidade organizativa, articulação coletiva com os demais cursos que compõem as Humanidades e com a própria sociedade, de modo a fortalecer a correlação de forças capaz de enfrentar as regressões indicadas nas atuais diretrizes governamentais para a política de educação superior, bem como valorizar as conquistas históricas tecidas no passado e se comprometer com o futuro.

Nessa desafiante conjuntura, lembramo-nos da canção de Raul Seixas que poderá nos embalar e inspirar para o enfrentamento com a aguerrida capacidade da profissão: “Tente! E não diga que a vitória está perdida. Se é de batalhas que se vive a vida, tente outra vez!” (Extrato da letra “Tente outra vez”).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

CAVAIGNAC, Monica. Prefácio. In: Epitácio Macário *et al.* **Dimensões da crise brasileira dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento da Área 32 – Serviço Social**. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/SERVI%C3%87O_SOCIAL.pdf. Acesso em: 03 de Junho de 2019.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020)**. Ministério da Educação/MEC e Coordenação de Pessoal de Nível Superior/CAPES: Brasília, 2011. 2 v.: I/ II.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Educação teve o maior corte de recursos na 'tesourada' do governo**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-teve-o-maior-corte-de-recursos,70002773220>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **A formação em Serviço Social no âmbito da pós-graduação brasileira**: estudo da sua conformação e contribuição. Projeto de produtividade em pesquisa. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **No Senado, ministro Weintraub defende recursos para a educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=75711&fbclid=IwAR3juRgwMKSmHjDmZL-OBfijn66lQUdGyYI4OEU9EtL27-9uEyJNAIwWvMM>. Acesso em: 13 de Junho de 2019.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/677>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. Dilemas e desafios postos à Pós-Graduação brasileira. **Revista Katalysis**, Florianópolis: Pós-Graduação e Serviço Social, v. 20, n. 2, 2017.